

Regional é bem avaliado em correição

“O Tribunal do Trabalho da 6ª Região é um dos melhores tribunais do país, tanto na 1ª instância quanto na 2ª instância. Julga bem, de forma célere e, por isso, é um Regional respeitado pelas instituições”



A declaração do corregedor-geral do TST, ministro Carlos Alberto Reis de Paula, destaca a boa performance do TRT6 na prestação jurisdicional. O ministro realizou correição ordinária no TRT da 6ª Região no período de 20 a 24 de setembro

Páginas 4 e 5

Desembargador concede entrevista

O corregedor-regional Ivanildo Andrade (biênio 2009-2011) fala sobre aspectos importantes da atividade correicional, ressaltando o caráter pedagógico dessa prática, criada para auxiliar na busca da otimização dos recursos humanos e materiais postos a serviço da máquina judiciária. O desembargador também aborda a “verdadeira revolução” nos métodos de trabalho da JT com a introdução do processo eletrônico. “Muitas das tarefas hoje executadas perderão relevância e até mesmo o sentido”, ressalta, afirmando que será exigido maior conhecimento da dinâmica dos atos processuais e da informática. “Magistrados e servidores devem se preparar para a nova realidade”.

Páginas 2 e 3

Projeto Memória da JT promove encontro sobre Justiça e Trabalho na UFPE

Página 6

Treinamento de liderança reúne todos os diretores das 61 VTs

Página 7

Aprimoramento de recursos é uma das metas da Corregedoria Regional

Corregedor-regional desde fevereiro de 2009, Ivanildo da Cunha Andrade foi promovido para a 2ª Instância em 2001. Formado em Direito (UFPE-1973), ingressa na magistratura trabalhista em 81. Foi presidente da Amatra6 (90-92), da Anamatra (93-95) e vice-presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (96-97). Nesta entrevista, o magistrado aborda questões relativas ao histórico e particularidades da atividade correicional

Historicamente, como surgiu e desde quando existe a figura do corregedor?

Muito se discute sobre os antecedentes históricos da atividade correicional, sendo certo que alguns historiadores já visualizam o seu exercício a partir das normas insertas no Código de Hamurabi – consolidação das leis da Babilônia elaborada no século XVIII antes de Cristo.

Todavia, pode-se afirmar que, a partir do momento em que se intensificou a vida em sociedade, e em que a autoridade política chamou para si a resolução dos conflitos interindividuais, tornou-se imprescindível o acompanhamento e controle dos atos praticados pelos órgãos incumbidos de efetuar a



Stela Maris

entrega da prestação jurisdicional, o que, em parte, reclama a atuação do corregedor.

Pode-se afirmar que a correição constitui atividade pedagógica?

Como bem salientou o saudoso Ministro do TST Orlando Teixeira da Costa, “na correição deve-se proceder de maneira pedagógica, já que o órgão corregedor não é órgão de jurisdição e nem órgão de disciplina, mas apenas órgão emendativo.”

Ao corregedor regional incumbe acompanhar os trabalhos desenvolvidos pelos magistrados e servidores que integram a primeira instância, afirmando-se como órgão auxiliar na busca por uma prestação jurisdicional mais célere e efetiva;

Jornal do TRT da 6ª Região

Cais do Apolo, 739 Bairro do Recife
50.030-902 Recife PE
Imprensa: 81-2129.2020 imprensa@trt6.gov.br

PRESIDENTE

Eneida Melo Correia de Araújo

VICE-PRESIDENTE

André Genn de Assunção Barros

CORREGEDOR

Ivanildo da Cunha Andrade

DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO

Gilvan Caldas de Sá Barreto
Nelson Soares Júnior
Josélia Morais da Costa
Eneida Melo Correia de Araújo
Maria Helena Guedes Soares de Pinho Maciel
André Genn de Assunção Barros
Ivanildo da Cunha Andrade
Gisane Barbosa de Araújo
Pedro Paulo Pereira Nóbrega
Virgínia Malta Canavarro
Valéria Gondim Sampaio
Ivan de Souza Valença Alves
Valdir José Silva de Carvalho
Acácio Júlio Kezen Caldeira
Dione Nunes Furtado da Silva
Dinah Figueirêdo Bernardo
Maria Clara Saboya Albuquerque Bernardino
Nise Pedroso Lins de Sousa

SECRETÁRIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA

José Alberto Alves Viana

DIRETOR-GERAL

Wladimir de Souza Rolim

SECRETÁRIA DO TRIBUNAL PLENO

Nyédja Menezes Soares de Azevedo

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Lydia Barros

REDATORES

Lydia Barros / Maria Alice Amorim
Caroline Jordão Barreto / Eugenio Pacelli

REVISÃO

Eugenio Pacelli / Caroline Jordão Barreto

FOTOGRAFIA

Stela Maris / Eugenio Pacelli
Maria Alice Amorim / Siddharta Campos

PROJETO GRÁFICO

Simone Freire

DIAGRAMAÇÃO

Siddharta Campos / Simone Freire

IMPRESSÃO

F & A Gráfica
(Tiragem: 1.500 exemplares)

por excelência, deve se empenhar no sentido de motivá-los a um maior comprometimento com a instituição.

Nessa perspectiva, cabe-lhe, sobretudo, estimular as boas práticas, para evitar a ocorrência de eventuais desvios.

Quais são os instrumentos de que se vale a atividade correicional?

Em razão de seu caráter pedagógico, a atividade correicional tem como objetivo primordial o de auxiliar na busca da otimização dos recursos humanos e materiais postos a serviço da máquina judiciária.

Acompanhando os trabalhos que concorrem para a entrega da prestação jurisdicional, deve a corregedoria velar pela exatidão dos serviços - em especial a observância dos prazos, procedimentos legalmente previstos e o correto registro dos atos processuais, expedir recomendações de ordem genérica, os chamados providimentos, além de corrigir falhas que possam comprometer o devido processo legal, atuando de ofício ou impulsionado por terceiros, que manejam reclamações correicionais, ou pedidos de providência, medidas reservadas às hipóteses não contempladas por recursos.

“O processo virtual é fato que constituirá verdadeira revolução nos métodos de trabalho”



Arte: Siddharta Campos

De que maneira a Corregedoria vem contribuindo para melhorar a prestação jurisdicional?

A Corregedoria contribui para melhorar a prestação jurisdicional, na medida em que propaga e estimula a adoção de boas práticas pelas unidades judiciárias que integram a Sexta Região, além de se empenhar para lhes assegurar as condições humanas e materiais necessárias ao seu bom desempenho.

Comente aspectos e fatos importantes a partir de sua experiência à frente da Corregedoria.

No exercício do cargo de Corregedor, tive a oportunidade de melhor conhecer magistrados e servidores que integram a Justiça do Trabalho em Pernambuco; assim, vivenciei de forma direta as suas carências e dificuldades. E, atuando como membro da administração, na

medida do possível, procurei atender aos seus reclamos ou encaminhá-los aos setores competentes, sempre contando com o apoio e a colaboração dos colegas da Administração e do Pleno. Ademais, tive a oportunidade de destacar a importância do momento que hoje vivenciamos, quando nos preparamos para trabalhar com o processo virtual, fato que constituirá uma verdadeira revolução em nossos métodos de trabalho.

Com efeito, muitas das tarefas hoje executadas perderão relevância e até mesmo o sentido. Dos servidores exigirá-se maior conhecimento da dinâmica e do encadeamento dos atos processuais e de todos uma maior familiaridade com a informática, impondo-se aos magistrados e servidores que se preparem para a nova realidade. Esta a condição para que se possa resguardar e engrandecer o legado histórico que nos foi confiado: a boa imagem da Justiça do Trabalho.

Ministro Corregedor elogia desempenho d

“O Tribunal do Trabalho da 6ª Região é um dos melhores tribunais do país, tanto na 1ª quanto na 2ª instância. Julga bem, de forma célere e, por isso, é um Regional respeitado pelas instituições, haja vista os convênios e parcerias que vem firmando com o governo do estado e prefeituras, como aconteceu por ocasião das enchentes”. A declaração, do corregedor-geral do TST, ministro Carlos Alberto Reis de Paula, no encerramento da correição realizada nesta Corte entre 20 e 24 de setembro, confirma a boa performance da 6ª Região na prestação de serviços jurisdicionais. “Evidentemente, fiz recomendações, mas não constatei problema grave”, afirmou o ministro. “A correição foi excelente”, afirmou a desembargadora presidente do TRT6, Eneida Melo, ressaltando o fato de que “o ministro demonstrou que coloca nas pessoas o seu foco central, e isso sempre foi o foco histórico deste tribunal”.

O ministro Reis de Paula destacou o cumprimento, pelo TRT6, das recomendações decorrentes de correições anteriores, e ressaltou iniciativas e projetos relevantes empreendidos por este Regional, a exemplo do exíguo prazo utilizado para julgamento dos recursos. “O que demonstra o alto grau de responsabilidade dos juízes e a preocupação pela entrega da jurisdição de forma célere e



Maria Alice Amorim

Corregedor visita o Fórum Trabalhista de Barreiros, que foi atingido pelas enchentes de junho

eficiente”. Em relação à 1ª instância, o ministro elogiou, ainda, “o esforço e a dedicação dos magistrados na entrega da jurisdição no âmbito da 6ª Região da Justiça do Trabalho; e os bons resultados alcançados com a Semana Regional de Conciliação”.

O trabalho realizado pela Ouvidoria, a importância dos eventos voltados ao aprimoramento, capacitação e atualização jurídica dos magistrados e servidores, a agilidade no encaminhamento de dados

estatísticos ao TST e a preocupação com a qualidade de vida dos servidores e magistrados, com a adoção de medidas voltadas à preservação da saúde física e emocional dos mesmos, foram pontos enfatizados pelo ministro corregedor. Da mesma forma, o alinhamento do planejamento estratégico e o programa de gestão documental deste Regional mereceram elogios do corregedor.



Eugenio Pacelli

Integrantes da Associação de Advogados Trabalhistas de Pernambuco (AATP) reúnem-se no gabinete da presidência com o ministro Reis de Paula

do Tribunal do Trabalho da 6ª região

Regional deve centrar esforços no aprimoramento dos serviços de informática

Entre as recomendações apontadas destaca-se o aperfeiçoamento do uso das Tecnologias da Informação (TIs) no âmbito desta Corte e a resolução de problemas infraestruturais na área de informática. “É importante ressaltar que a nossa equipe de informática é de altíssimo nível, mas temos poucos servidores”, explica a desembargadora presidente, Eneida Melo.

De acordo com a Resolução 90, do CNJ, a Secretaria de Informática (SI) do TRT6 deveria ter, no mínimo, um quadro de 75 servidores. Atualmente, a SI conta com apenas 53, no total, incluindo a equipe de digitalização de



Fotos: Stela Maris

Imprensa local participa de coletiva com o ministro corregedor no encerramento dos trabalhos

processos. Porém, destes, apenas 18 servidores são ocupantes de carreira específica de tecnologia da informação. “Quando o uso

da informática pelo TRT6 era mais doméstico, por assim dizer, nossa equipe trabalhava sem maiores problemas. Mas a situação tornou-se mais complexa”, afirma a desembargadora Eneida Melo. A presidente do TRT6 ressalta que, desde a administração anterior, o Tribunal tem investido alto em equipamentos e programas (a exemplo do recém-adquirido data center), assim como em processo de preparação para a implantação, até o final deste ano, da primeira Vara do Trabalho digital da 6ª Região, e, posteriormente, para a completa incorporação do processo digital por esta Corte.



Corregedor lê ata de encerramento na sala de sessões do Pleno do TRT

Processos trabalhistas e história na pauta do II Encontro Justiça e Trabalho

Promovido pelo programa de Pós-Graduação em História da UFPE, o II Encontro Justiça e Trabalho aconteceu nos dias 21 e 22 de setembro e teve na sua programação uma mesa-redonda em que foi debatido o tema Processos Trabalhistas como Fonte para a História. A mesa contou com a participação da coordenadora de gestão documental e memória desta Corte, Marcília Gama, e tratou da importância teórica, metodológica e didática dos processos trabalhistas do TRT6 como fontes documentais para a história. A mesa destacou ainda a relevância desses processos para a construção de uma nova historiografia sobre o Brasil República.

O Encontro contou também com a participação do juiz titular da 2ª Vara do Trabalho de Jaboatão, Sérgio Torres Teixeira, que proferiu a conferência de abertura. Na palestra, Sérgio Torres falou sobre a História da Justiça do Trabalho desde a sua criação até os dias atuais, destacando a importância e a contribuição social dessa Justiça especializada para a realização da paz social e da cidadania.

Na programação do evento, houve também uma mesa redonda cujo tema foi Processos Trabalhistas: acesso à Justiça e à Cidadania. Na mesa, foi discutido o papel da Justiça do Trabalho, mais especificamente do TRT6, como importante instrumento de justiça na zona rural de Pernambuco.

O II Encontro Justiça e Trabalho foi encerrado pelo coordenador executivo do Projeto Memória e História UFPE, professor

Antonio Montenegro, que traçou uma cronologia das atividades desenvolvidas desde a criação do Projeto Memória e História - UFPE, evidenciando os avanços e a contribuição das pesquisas para a comunidade acadêmica e a sociedade como um todo.

Os encontros Justiça e Trabalho têm sido promovidos como forma de prestar contas à sociedade sobre os resultados parciais das atividades que vêm sendo desenvolvidas pela equipe do Projeto Memória da Justiça do Trabalho, financiado pela Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (Facepe). O projeto tem por objetivo a pesquisa, a catalogação de dados, a organização, o acondicionamento e a criação de um banco de dados referente à História da Justiça do Trabalho em Pernambuco no período de 1960-1985.

Evento foi promovido pelo programa de Pós-Graduação em História da UFPE, que desenvolve o projeto Memória da Justiça do Trabalho, com apoio da Facepe

O juiz do Trabalho Sergio Torres proferiu a conferência de abertura defendendo a contribuição da JT na construção da cidadania



Diretores das VTS participam de treinamento de liderança

Os 61 diretores das Varas do Trabalho da 6ª Região participaram, em setembro, do módulo de treinamento *O papel da liderança nas organizações*, promovido pela Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoal (CDP) deste Tribunal. Arelado ao Programa de Desenvolvimento de Lideranças, o módulo foi focalizado na identificação das competências que facilitam a atuação do gestor como líder, assim como das que precisam ser desenvolvidas a fim de otimizar o trabalho dos diretores.

Planejado para desenvolver nos gestores as competências de relacionamento interpessoal, trabalho em equipe, comunicação,

administração de conflitos, foco em resultados, dentre outras, o módulo de treinamento – que teve sessões nos dias 09, 10, 23, 24 e 30 de setembro – contou com palestras e dinâmicas de grupo ministradas pelo bacharel em Direito Maurício Xavier, especialista em gestão da qualidade/produktividade, mestre em gestão de políticas públicas pela Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) e detentor de extensa formação em educação executiva, tanto no Brasil quanto no exterior.

Na avaliação dos diretores, a opinião sobre o curso e o palestrante foi unânime. “Este

foi o melhor, em todos os aspectos: instalação, instrutor, metodologia. Cursos dessa natureza deveriam ser repassados para outros servidores”, afirma Marcelo da Paz, diretor da VT de Vitória. A diretora da 1ª VT de Jaboaão, Beatriz Santana, considerou muito bom: “dos cursos, esse realmente prendeu a atenção, a didática era maravilhosa e fez com que a gente refletisse sobre nosso papel de líder”. Maria da Conceição Menezes Gomes, diretora da 1ª VT do Recife, realçou, além da dinâmica e do método, também a qualidade do material didático e o conteúdo consistente. “Parabéns à equipe que escolheu o curso e o instrutor”, completou Conceição.

AGE realiza oficina de mapeamento de processos

A Assessoria de Gestão Estratégica do TRT6 (AGE) promoveu a 1ª Reunião de Mapeamento e Modelagem de Processos, com a instrutoria de Adriano Leão Venceslau, assessor de Estatística e Gestão Estratégica do TRT de Sergipe/Aracaju-SE, de 8 a 10 de setembro. O evento, realizado no auditório do Fórum José Barbosa de Araújo (SUDENE), destinado a juízes e diretores, teve foco na concretização do Projeto 5 do Planejamento Estratégico deste Regional, que trata da racionalização



Eneida Melo abriu reunião no auditório do Fórum José Barbosa de Araújo

dos processos internos (rotinas de trabalho, processos judiciais e administrativos) e se coaduna com a Meta 5 do CNJ, que prevê a

implantação de um método de gerenciamento de rotinas em pelo menos 50% das unidades judiciárias de 1º grau.

Escola Judicial organiza Semana de Aperfeiçoamento de Magistrados

A Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região (EJ-TRT6) realiza, no período de 22 a 28 de outubro, o **IV Módulo de Aperfeiçoamento de Magistrados**. Para possibilitar um maior aproveitamento e participação dos magistrados, a direção da escola obteve da Presidência e da Corregedoria a autorização para que os juízes inscritos deixem as pautas de audiências livres durante a realização do encontro, a exemplo do que aconteceu na última edição do evento.

consultora organizacional Sandra Camelo.

Da segunda-feira, dia 25 de outubro, até a quinta-feira (dia 28), as atividades do IV módulo passam a ser realizadas, sempre a partir das 8h30, no auditório do Condomínio Sudene, localizado no 13º andar (ala Sul), do Fórum Advogado José Barbosa de Araújo, no Engenho do Meio. No

Trabalho de Curitiba, Aparecido dos Santos é professor em cursos de especialização na PUC do Paraná, nas Faculdades Mater Dei e na Universidade Paraense (Unipar), possuindo livros editados nas áreas de cálculos e liquidação trabalhista.

O IV Módulo de Aperfeiçoamento de Magistrados será encerrado na quinta-feira, dia

Durante a realização do encontro, os juízes inscritos deixarão as pautas de audiência livres



Desembargador Pedro Paulo, presidente da EJ, em palestra no módulo anterior

A abertura do **IV Módulo de Aperfeiçoamento de Magistrados** será realizada na sexta-feira, dia 22 de outubro, a partir das 14 horas, no auditório do Tribunal Pleno. Na ocasião, haverá um curso intitulado "Estratégia e Gerenciamento por Processos: eficácia e eficiência aos resultados", a ser ministrado pela economista e

local, os magistrados da Sexta Região vão ter a oportunidade de participar, durante três dias, de um curso sobre Administração Judiciária em Vara do Trabalho, focado nas fases de liquidação e de execução, que será ministrado pelo renomado jurista José Aparecido dos Santos.

Juiz Titular da 17ª Vara do

28, com atividades apenas pela manhã, quando os participantes farão reunião plenária para aprovação de enunciados sobre os temas abordados e versão inicial de fluxogramas úteis à gestão estratégica dos processos da Justiça do Trabalho da 6ª Região.

Os magistrados já podem realizar inscrição pelo telefone da Escola Judicial: (81) 3242-0206. Também serão aceitas inscrições de servidores, desde que indicados pelos magistrados, e observando-se a disponibilidade de vagas.